



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

A PROTEÇÃO SOCIAL DA AMÉRICA LATINA NO CONTEXTO DE OFENSIVA NEOCONSERVADORA

VIVIANE ISABELA RODRIGUES ¹

Resumo: A América Latina, nomeadamente a região mais desigual do mundo, têm nos sistemas de proteção social a via de atenção as gravosas expressões da questão social vivenciadas pela classe trabalhadora. Neste ensaio, de cariz qualitativo, de nível exploratório, construído a partir de pesquisa documental e bibliográfica busca-se analisar os ciclos de proteção social latino-americanos oriundos de contextos políticos adversos, a fim de desnudar a imperatividade da orientação neoliberal e das formas de (neo) conservadorismo nos lastros protetivos das últimas três décadas.

Palavras-Chave: Proteção Social; América Latina; Neoliberalismo; Neoconservadorismo.

Abstract: Undoubtedly, Latin America, namely the most unequal region in the world, has in the social protection systems the way of attention to the serious expressions of the social issue experienced by the working class. This qualitative, exploratory-level essay built on documentary and bibliographic research seeks to characterize Latin American social protection cycles arising in adverse political contexts in order to lay bare the imperative of neoliberal orientation and forms of (neo) conservatism in the protective ballasts of the last three decades.

Keywords: Social Protection; Latin America; Neoliberalism; Neoconservatism.

INTRODUÇÃO

As últimas três décadas foram férteis para as transformações no âmbito da proteção social latino-americana. As redemocratizações materializadas nos países latino-americanos ao término da década de 1980, lhes compromissaram às promessas civilizatórias de justiça social e igualdade em enfrentamento as expressões da pobreza e da desigualdade social. Em contraste a realidade social experienciada na década de 80, durante os últimos trinta anos observou-se a redução da pobreza, a melhoria na saúde básica da população e a ampliação da política educacional nos níveis de ensino obrigatório. Contudo, em termos de progresso civilizatório, esperava-se mais. O ensejo pela transposição da desigualdade social

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Alagoas

e superação da pobreza, pela erradicação das perversas formas de superexploração do trabalho e pela construção de uma união continental latino-americana que propiciasse a libertação das amarras da dependência econômica internacional, foram promessas civilizatórias nascidas no bojo dos processos democratizantes não alcançadas.

Desse modo, observa-se que o ensejo de que ao século XXI, as veias da América Latina não estivessem mais abertas², mas cicatrizadas e direcionadas a potencializar o vigor econômico e político dessa região, tornam-se pautas revolucionárias não efetivadas e, por vezes, suprimidas em meio aos interesses econômicos da ordem globalizada. Essas relações possuem estreita relação com o agravamento da questão social latino-americana agudizada em cenários econômicos desfavoráveis. Dessa maneira, a proteção social (PS) desponta como o “remédio” necessário a deletéria realidade vivenciada pela classe trabalhadora latino-americana. Contudo, em que pese sua relevância, as ofensivas neoliberais e neoconservadoras impõe desafios de grande monta à proteção social latino-americana, especialmente mediante os alternados ciclos políticos progressistas e conservadores.

Nesta linha analítica, o presente ensaio buscará analisar os ciclos da Proteção Social da América Latina e as caracterizações que tais assumiram em meio a alternância ideopolítica de governos progressistas e conservadores. Ademais, o reconhecimento da contemporânea ameaça neoconservadora aos sistemas de Proteção Social latino-americanos será problematizado a fim de situar os desafios postos as políticas sociais e a decorrente expropriação de direitos da classe trabalhadora da América Latina.

1. OS CICLOS DA PROTEÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA DIANTE DA ALTERNÂNCIA IDEOPOLÍTICA DE GOVERNOS PROGRESSISTAS E CONSERVADORES

A proteção social da América Latina teve a sua gênese no agravamento das expressões da questão social, oriundas do alastramento das bases produtivas capitalistas em meados do século XIX e XX. Ações iniciais do campo protetivo de cariz assistencial, caritativo e benemerente foram paulatinamente assumindo outros contornos no embate da luta de classes e na requisição dos trabalhadores por melhores condições de vida. No ensejo pelo incremento dos níveis produtivos da exploração do trabalho, também se endossou o tensionamento à materialização de práticas sociais em prol do apaziguamento social.

Os primeiros escopos protetivos implementados na América Latina datam de 1920, tendo como característica central as ações de seguro social destinadas aos trabalhadores.

2 Em paráfrase a obra *As veias Abertas da América Latina* de Eduardo Galeano.

Destarte, dentre os marcos históricos que possibilitaram a ampliação da Proteção Social na América Latina, situa-se a transição democrática que vivenciaram muitos dos países latinos, especialmente após o último quartel do século XX. O movimento democrático e o estabelecimento das normas constitucionais voltadas à garantia dos direitos humanos e sociais propiciaram o endossamento do ideário de ampla proteção social. Sob tal prisma, em proximidade às ideias difundidas pelo *Welfare State*, vislumbrou-se, no solo latino-americano, o direcionamento das agendas políticas do Estado à garantia de mínimos sociais a sua população e em prol da minimização das expressões da questão social, características constitutivas desse território associadas à extrema pobreza, à fome, à desigualdade social e à violência.

Após décadas de avanço descontinuados do processo democrático e de sazonais ampliação dos escopos protetivos, a partir da década de 1990 se materializaram na cena econômica e política latino-americana movimentos que imprimem novos contornos à proteção social. No campo econômico, a adesão ao referencial teórico neoliberal passou a direcionar governos de países de economias centrais e periféricas à adoção das políticas de liberalização econômica, austeridade fiscal, minimização do Estado e de incentivo ao livre mercado. Tais ditames econômicos que influenciam as agendas de Estado são difundidos politicamente por importantes agências multilaterais³ do desenvolvimento, influentes na economia mundial.

As contemporâneas consequências desse novo direcionamento econômico são múltiplas. No campo social, vislumbra-se a minimização da proteção social e a retração da garantia dos direitos humanos e sociais às coletividades, pela adoção de políticas sociais seletivas, focalizadas⁴ e baseadas no *workfare*, em substituição às políticas universais, nas quais se conjectura o acirramento da desigualdade social e da pobreza⁵, o aumento da

3 Dentre tais agências, destaca-se a atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Banco Mundial (BM); Fundo Monetário Internacional (FMI) e Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

4 A este respeito, ver a expansão dos PTCR como forma de minimização da pobreza. Atualmente, dezenove países da América Latina e Caribe desenvolvem programas de transferência de renda (PTC), com uma cobertura superior a 22 milhões de famílias latino-americanas e caribenhas, das quais 12 milhões estão no Brasil (PEREIRA; STEIN, 2010, p. 117).

5 Acerca da pobreza, dados apontados pela CEPAL indicam que no ano de 2014, 28,5% da população latino-americana se encontrava em situação de pobreza (168 milhões de pessoas). Essa estimativa aumentou para 29,8% no ano 2015 (178 milhões) e para 30,7% no ano de 2016 (186 milhões de pessoas). A extrema pobreza passou de 8,2% no ano de 2014 (48 milhões de pessoas) para 10% no ano de 2016 (61 milhões de pessoas).

superexploração do trabalho e, mais recentemente, a ascensão do neoconservadorismo no campo social, político e econômico.

Diante desta realidade, depreende-se que a análise da proteção social latino-americana na contemporaneidade não pode prescindir a aferição dos aspectos econômicos e políticos da região. Indubitavelmente, o caráter dependente da região, desnudado pela Teoria Marxista da dependência (Ruy Marini), produziu ciclos econômicos latino-americanos, que condicionaram os ciclos políticos dessa região, os quais, por sua vez, produziram as particularidades dos ciclos da proteção social. A década de 1990 significou o lapso temporal transitório entre as ditaduras civis e militares da região para os regimes democráticos. O fato dos primeiros governos democraticamente eleitos estarem situados no espectro ideopolítico conservador sugere algumas considerações. Inicialmente, cabe destacar que o ciclo econômico da década de 1990 era recessivo, visto que a crise da dívida externa da década anterior ainda produzia os seus matizes na região. Nesse sentido, as agendas de austeridade econômica e de fomento aos processos reformistas recomendadas pelas agências multilaterais de desenvolvimento e atreladas à perspectiva da orientação neoliberal foram efetivadas como via de reordenamento do capitalismo na região.

O apoio das elites nacionais⁶ e do poder econômico (mercado) aos partidos políticos conservadores foi determinante para que chegassem ao poder em meio às nascentes democracias. Soma-se a esse contexto a fragilização do ideário socialista materializado pelo fim da União Soviética no início da década de 90, fato que descredibilizou os movimentos vinculados ao espectro ideopolítico progressista e/ou nomeadamente de esquerda da região. Os governantes conservadores desse período efetivaram as agendas neoliberais de reforma do Estado e de austeridade fiscal propostas pelas agências multilaterais do desenvolvimento e defendidas pelas elites nacionais e pelo mercado (poder econômico).

Aproximadamente dez anos após a alternância de governantes conservadores nos países da região, consolida-se à guinada progressista, também nomeada maré-rosa latino-americana, liderada por Néstor e Cristina Kirchner (Argentina); Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil); Ricardo Lagos e Michele Bachelet (Chile), Tabaré Vasquez e José Mujica (Uruguai). O cenário econômico favorável associado ao superciclo das commodities (também conhecido como “boom das *commodities*”), a partir dos anos 2000, foi decisivo para que os governos progressistas eleitos materializassem avanços no campo da política econômica e social e consolidassem a sua permanência no poder. O descontentamento com o insucesso das medidas neoliberais implementadas na região ao longo da década de 90 também se

6 Elites as quais apoiaram em grande medida os regimes ditatoriais da região.

mostrou como um fator decisivo para a mudança. Ademais, as coalisões entre os governos progressistas e os interesses do mercado (especialmente o internacional) e das elites nacionais também foi uma das razões para a estada da ala progressista nos países pesquisados.

Contudo, tal dinâmica não se fez isenta de contradições e os governos progressistas ao incorporarem agendas associadas aos interesses do mercado e da elite impuseram limitações às mudanças estruturais para a região, em que pese terem contribuído para a diminuição da desigualdade social e das linhas de pobreza⁷.

O terceiro ciclo econômico se inicia após o enfraquecimento do superciclo das commodities posterior ao ano de 2013⁸ e o conseqüente período de recessão econômica desencadeado na América Latina. Começa-se também um novo ciclo político, em que governos conservadores assumem o poder, inicialmente no Chile com Sebastián Piñera (2010), Argentina com Macri (2015), Brasil com Temer e Bolsonaro (2016 e 2019⁹) e, mais tardiamente, no Uruguai com Lacalle Pou (2020). O clamor pela estabilidade econômica aliado ao descontentamento popular com as gestões progressistas, a eminência de denúncias de corrupção e o cenário político internacional de ascensão neoconservadora (vide eleição Trump nos Estados Unidos) foram fatores que criaram o terreno fértil para a guinada política observada na região e vigente até a atualidade na maioria dos referidos países (ano de 2022).

A evolução desses três grandes ciclos econômicos e políticos na região produziram impactos significativos no campo da proteção social, ocasionando a eminência de três grandes ciclos dos sistemas protetivos, aqui nomeados: o 1º Ciclo - Neoliberal e Conservador - iniciado na década de 1990; o 2º Ciclo - Neoliberal e Progressista - iniciado a partir dos anos 2000 e o 3º Ciclo - Neoliberal e Neoconservador - iniciado nos anos de 2010 e 2015 (temporalidades diferentes entre os países da região).

As denominações atribuídas aos diferentes estágios dos sistemas protetivos emergiram da aferição de ciclos com temporalidades históricas diversas e características comuns no âmbito da proteção social. A esse respeito e, em consonância ao movimento dialético da

7 Especialmente devido ao fortalecimento da sua capacidade produtiva associada ao provido de commodities no mercado internacional e aos processos de desindustrialização observáveis nos últimos quinze anos nos países da região.

8 A crise das commodities possuiu estreita relação com a crise vivenciada pela China e a conseqüente baixa na compra dos produtos primários latino-americanos.

9 Ressalva-se que o governo de 2016 liderado por Michel Temer se iniciou após o impeachment de Dilma Rousseff, podendo ser caracterizado como um golpe parlamentar.

história, constata-se a mudança de substância dos escopos protetivos ao longo das três décadas, contudo, também se observam continuidades, tal como a persistência da inferência da matriz neoliberal nos distintos períodos. A ascensão progressista no campo protetivo foi contemporânea à maré-rosa no campo político, contudo, ambas se fizeram transpostas pela emergência do ciclo neoconservador na arena política e social, desmarcando o início de uma nova temporalidade histórica para a proteção social. Nesse sentido, o Quadro 1 apresenta uma síntese das caracterizações dos referidos ciclos protetivos e o contexto sociopolítico de sua emergência.

Quadro 1 - Ciclos de Proteção Social da América Latina nas últimas três décadas

	Ciclo	Contexto sociopolítico	Caracterização da Proteção Social
1990	▶ 1º Ciclo Protetivo - Neoliberal e Conservador	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Fragilização ideário socialista pós dissolução União Soviética; ▶ Imperialismo, globalização e capitalismo financeiro; ▶ Ascensão Neoliberalismo; ▶ Período democratização países latino-americanos (pós ditaduras civis e militares); ▶ Eleição de governos conservadores aliados às elites nacionais; ▶ Instabilidade econômica latino-americana; crises (locais e regionais); ▶ Ajustes estruturais e reformas; ▶ Precarização do trabalho e rebatimentos reestruturação produtiva; ▶ Agravamento expressões da Questão Social – pobreza e desigualdade social; 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Políticas residuais, assistenciais e associadas à solidariedade social; ▶ Perspectiva familista em detrimento à garantista em PS; ▶ Focalização dos serviços em atividades essenciais (grupos mais pobres e demandas mais gravosas); ▶ Frágil compleição de direito e cidadania vinculada à PS; ▶ Reformas e redução do gasto social público em PS¹⁰; ▶ Privatizações – mercadorização saúde e educação; ▶ Descentralização e incorporação princípios gerenciais de gestão na PS; ▶ Minimização do Estado na PS; corresponsabilização do terceiro setor; ▶ Criação dos primeiros PTRC ao término da década;
2000	2º Ciclo Protetivo - Neoliberal e	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Consolidação do capitalismo financeiro e do processo de globalização; 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Período mais próspero à PS na região; ▶ Aumento dos escopos de PS

10 Sigla Proteção Social.

	Progressista	<ul style="list-style-type: none"> ▶ América Latina em posição econômica dependente na cena internacional; ▶ Superciclo das commodities após 2000, crescimento econômico região e desenvolvimentismo; ▶ Início <i>maré-rosa</i> latino-americana; ▶ Eminência de crises: Crise Mundial (2007-2008) e Crise na região (após 2013); ▶ Elites e mercado – políticas de acordos com governos progressistas; ▶ Diminuição da pobreza e desigualdade econômica; 	<p>pública e aumento do gasto social público;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Incorporação de agendas progressistas e atenção a grupos minoritários na política social e legislações; ▶ Difusão dos PTRC na região; ▶ Melhora dos indicadores sociais; ▶ Políticas sociais focalizadas, seletivas e adequadas ao <i>workfare</i>; ▶ Diminuição das linhas de pobreza;
2010/2015 ATUAL	3º Ciclo Protetivo – Neoliberal e Neoconservador	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Crise econômica (Crise commodities); ▶ Enfraquecimento da <i>maré-rosa</i> progressista; ▶ Ascensão política conservadora na AL¹¹ e mundo (eleição Trump, acordo Brexit na Europa); ▶ Precarização do trabalho (reformas); ▶ Pandemia COVID-19; 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Aumento das linhas de pobreza e desigualdade social; ▶ Diminuição do gasto social público; ▶ Reformas e reordenamento dos programas e serviços existentes indicando a minimização da atuação do Estado; ▶ Rechaçamento das agendas progressistas; ▶ Endossamento da iniciativa privatista nas áreas sociais (especialmente educação e saúde); ▶ Mudança das concepções de direito - fortalecimento meritocracia da perspectiva familista e do discurso neoconservador;

Fonte: Sistematização da autora (2020)

A análise do contexto sociopolítico latino-americano e da conjuntura econômica da região, possibilitam a aferição de fatores que interferiram na constituição dos distintos ciclos de proteção social, tal como será detalhado nos itens a seguir. Em linhas gerais, durante o 1º Ciclo dos Sistemas Protetivos - Neoliberal e Conservador (década de 1990), materializaram

11 Sigla para América Latina.

restritas ações no campo da assistência social, dando continuidade à histórica perspectiva do assistencialismo e do fortalecimento do solidarismo pela atuação da sociedade civil e das instituições caritativas e filantrópicas. As agendas associadas ao enfrentamento a fome se efetivaram restritamente ao término desse ciclo como uma resposta dos governos conservadores às expressões da questão social mais gravosas endossadas pela crise econômica da década anterior. Ademais, observa-se também, as primeiras tentativas dos governos da região em atender as orientações das agências multilaterais do desenvolvimento quanto as questões da pobreza e fome.

O 2º Ciclo ora denominado Neoliberal e Progressista (iniciado em meados de 2000) produziu significativos avanços no campo da proteção social dos países pesquisados, diferenciando-se substancialmente do 1º ciclo. Em que pese a continuidade da inferência da matriz neoliberal na condução assumida pelos governos na política econômica e social, a incorporação de agendas progressistas possibilitou a significativa diminuição da pobreza, da desigualdade e o fomento a garantia e ampliação de direitos sociais.

Em linhas gerais, observou-se o aumento do gasto social público na função de proteção social e a ampliação dos programas de transferência condicionada de renda condicionada (PTRC) criados na década de 1990. Observou-se a consolidação desses programas e a adoção de mecanismos gerenciais de focalização e seleção dos usuários. O investimento na articulação intersetorial das políticas de assistência social, saúde e educação possibilitou a melhora geral dos indicadores sociais destas áreas e a diminuição exponencial das linhas de pobreza. Esse cenário possibilita aferir que os governos progressistas lograram os maiores avanços no âmbito da diminuição da pobreza e da redução da desigualdade social. Tais êxitos foram possibilitados pelo cenário econômico favorável e a priorização dos PTRC na região. Em que pese tais avanços, cabe a ressalva que a erradicação da fome e o fomento de políticas econômicas direcionadas ao desenvolvimento sustentável se tornam questão não solucionadas.

O cenário de recessão econômica observável no 3º ciclo - Neoliberal e Neoconservador (iniciado após o ano de 2010) demonstra a eminência de retrocessos nas agendas de erradicação da pobreza e a diminuição da fome a partir do ano de 2013. Diante dessa realidade, cabe ponderar em que medida os avanços conquistados no 2º ciclo permitiram mudanças permanentes e estruturais ou se limitaram às medidas provisórias e paliativas às questões mais gravosas, tornando-se suscetíveis à regressão, diante da emergência de ciclos econômicos e políticos desfavoráveis. O 3º Ciclo dos Sistemas Protetivos - Neoliberal e Neoconservador- , emerge de um cenário que impacta a proteção social mitigando os

avanços conquistados no 2º ciclo - Neoliberal e Progressista, o cenário econômico desfavorável e a emergência de lideranças políticas neoconservadoras interpõem o término ou a pausa, à maré-rosa progressista iniciada na década anterior. Em linhas gerais, observa-se que no âmbito da proteção social a redução do gasto social público e as reformas das políticas sociais existentes produziram relevantes reconfigurações, distanciando os países latino-americanos de sistemas protetivos universais e ancorados em promessas civilizatórias de justiça social.

Em linhas gerais, observa-se que os governos conservadores do 3º Ciclo isentaram-se da intervenção frente a redução das desigualdades e exclusões, a defesa dos direitos humanos e justiça social. A redução do gasto social público na área e a retomada do aumento das linhas de pobreza se apresentam como problemáticas desse ciclo. Nesse sentido, observou-se a continuidade aos PTRC existentes nos países pesquisados, mediante, contudo, às readequações e ao estabelecimento de critérios mais rigorosos, no tocante ao foco e à seletividade, dinâmica que desassistiu vasto contingente populacional empobrecido.

Partindo do panorama exposto que elucidou as características gerais dos três distintos ciclos de proteção social aferidos na realidade latino-americana das últimas três décadas, a análise seguinte se voltará ao constructo ideopolítico que sustenta a emergência contemporânea do neoconservadorismo em concomitância ao ultraneoliberalismo, os quais, conjuntamente, acarretam impacto de grande monta incidindo na corrosão dos sistemas de proteção latino-americanos.

2. A AMEAÇA IDEOPOLÍTICA NEOCONSERVADORA AOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL LATINO-AMERICANOS

Contemporaneamente, o enfraquecimento da maré-rosa coaduna com a compreensão de que a trajetória política da América Latina se fez permeada por ondas alternadas entre regimes militares (ou cívico-militares) e democráticos. Ademais, a condição economicamente dependente da região faz com que os ciclos econômicos vigentes - regional e internacionalmente-, condicionem os ciclos políticos, dinâmica que explica a alternância entre governos progressistas e conservadores na região.

A cena contemporânea sinaliza a emergência e o fortalecimento de regimes neoconservadores na região, tal como se pode observar na realidade política da Argentina, Chile, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, Paraguai e Peru. A guinada ideopolítica neoconservadora de países da América Latina se aproxima do movimento perceptível na cena mundial, “nos últimos anos, diversos países de todos os cantos do

mundo foram acometidos por uma espécie de nacionalismo de extrema direita. A lista inclui Rússia, Hungria, Polônia, Índia, Turquia e Estados Unidos” (STANLEY, 2018, p. 13).

Essa mudança se iniciou no contexto latino-americano, mediante à eleição de Maurício Macri, na Argentina no ano de 2015 e foi sucedida pelas eleições de Sebastian Piñera no Chile (2018), Michel Temer (2016) e Jair Bolsonaro (2019) no Brasil e Luis Alberto Lacalle Pou no Uruguai (2020)¹². Os motivos indicados para o fortalecimento da onda neoconservadora se atrelam-se à emergência da crise econômica em alguns países desta região, o acirramento dos escândalos de corrupção política e econômica e a diminuição dos preços das matérias-primas (imprescindíveis para a economia latino-americana).

O acirramento da polarização ideológica na América Latina impactará diretamente as políticas econômicas e sociais adotadas, reconfigurando as agendas sociais preconizadas pelos governos progressistas. Pereira (2020) cunhou o conceito “nova direita” para referir-se a ascensão conservadora recente. Contudo, neste ensaio optou-se pela categoria “neoconservadorismo” por se compreender que se trata de um fenômeno novo, onde a conjunção entre neoliberalismo e neoconservadorismo resultam em roupagens até então desconhecidas. Nesse sentido, em consonância a Brown (2019), depreende-se que o neoconservadorismo emergiu no campo político após a consolidação da racionalidade neoliberal como via de mobilização de forças antidemocráticas, “nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e valoração e que o ataque ao neoliberalismo à democracia tem, em todo o lugar, infletido na lei, cultura política e subjetividade política” (BROWN, 2019, p. 9).

Ao compreender o neoliberalismo como um “[...] um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático do Estado” (BROWN, 201, p. 23), angariamos pistas explicativas a ascensão conservadora em um cenário de crise estrutural do capital. A manutenção de hierarquias, dos sistemas de privilégios elitistas e das desigualdades sociais se tornam valores intrínsecos à guinada neoconservadora. Por consequência, não estranhamente no âmbito político latino-americano, nota-se a transposição de governos progressistas responsáveis por avanços no campo social. A demonização da esfera política e da dimensão social endossada pela racionalidade neoliberal construiu o solo fértil para a ascensão neoconservadora e o repúdio a projetos civilizatórios cidadãos e democráticos. A esse respeito se observa que:

12 Ressalva-se que ambos os governos possuem divergências ideológicas entre si, alguns deles se situam em espectro políticos neoconservadores mais amenos e outros, tal como Jair Bolsonaro, em espectros neofascistas.

[...] o novo populismo de extrema direita sangrou diretamente da ferida do privilégio destronado que a branquitude, a cristandade e a masculinidade garantiram aqueles que não eram nada nem ninguém [...] pôr a culpa pelo seu destronamento no roubo de empregos por imigrantes, minorias e outros supostos beneficiários não merecedores de inclusão liberal (BROWN, 2019, p. 13).

A partir dessa análise, observa-se a eminência do descontentamento de elites para com os avanços propostos por governos progressistas especialmente no âmbito social, visto que, qualquer ensejo direcionado a pautas igualitaristas se tornaram uma ameaça a privilégios e posições sociais. Não estranhamente, o neoconservadorismo traz consigo um forte apelo moralizante que captura amplos segmentos sociais e se atrela a preceitos individualistas, excludentes e estigmatizantes. A esse respeito se nota que “os sentimentos nativistas, racistas, homofóbicos, sexistas, antissemitas, islamofóbicos, bem como sentimentos cristãos antisseculares, adquiriram bases políticas e legitimidade inimagináveis há uma década. Políticos oportunistas surfam nesta onda” (BROWN, 2019, p. 9).

Em análise aos políticos oportunistas que “surfam a onda” neoconservadora, observa-se a emergência de governos identificados com o fascismo e o neofascismo político no contexto latino-americano. Compreende-se como manifestação contemporânea do fascismo qualquer tipologia de ultranacionalismo (étnico, religioso, cultural) em que a nação é representada através de um líder autoritário que fala em seu nome” (STANLEY, 2018). “A política fascista inclui muitas estratégias diferentes: o passado mítico, propaganda, o anti-intelectualismo, irrealidade, hierarquia, vitimização, lei e ordem, ansiedade sexual, apelos à noção de pátria e desarticulação da união e do bem-estar público” (STANLEY, 2018, p. 14). Nesse sentido, mediante estratégias de repúdio ao conhecimento científico, apelos a ideia de patriotismo e nacionalismo atreladas ao saudosismo de um passado mítico (e inexistente), constroem-se novas narrativas que, ao desarticular a união e o bem-estar público, promovem discursos racistas, homofóbicos, xenofóbicos e excludentes, impactando os sistemas protetivos de forma exponencial. Observa-se que “essas novas forças conjugam elementos já familiares do neoliberalismo: favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado Social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade” (BROWN, 2019, p. 10). Os resultados da conjunção entre neoliberalismo e neoconservadorismo que propiciaram o surgimento de um 3º ciclo de proteção social na América Latina, ainda é uma incógnita. Trata-se de um processo em curso que já demonstra o seu alto teor nocivo frente ao desmantelamento dos sistemas de proteção social existentes e o endossamento da expropriação dos direitos da classe trabalhadora (especialmente mediante reformas

trabalhistas e previdenciárias). Ademais, o acirramento da dependência econômica dos países da região, mediante o agravamento de ações extrativistas promovidas pelo capital - especialmente o financeiro - se torna um desafio. Diante do exposto, depreende-se que as análises ora apresentadas são parciais, visto que as mudanças políticas em curso nessa região requisitam a compreensão totalizadora que deve contemplar o contraditório e dialético percurso da história ora vivida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A senda da Proteção Social na América latina percorre caminhos tortuosos que alternam temporalidades que exasperam esperanças em contraposição a outras que aniquilam conquistas democráticas de justiça social. A ascensão progressista no campo político latino-americano reascendeu o ensejo pela transposição da pobreza, a minimização das desigualdades e a superação das amarras econômicas e políticas que subjagam governantes e governados da *Nuestra América* aos ditames internacionais. Contudo, observou-se que os moderados avanços perceptíveis no campo da política social e econômica materializados pelos progressistas latino-americano, por não propiciarem mudanças conjunturais e estruturais possibilitaram o solo fértil para a ascensão (neo) conservadora em um cenário econômico de crise e recessão.

As contradições do tempo presente impactam a Proteção Social da Região de forma a expropriar direitos conquistados pela classe trabalhadora nas últimas décadas, minimizando direitos de cidadania e expondo coletividades a um cenário de desproteção e insegurança social. A esse respeito, se faz perceptível o endossamento da hegemonia do pensamento ultraliberal em contraposição ao desprezo por teorias sociais críticas e concepções revolucionárias, ademais, no campo econômico diante da produção e reprodução capitalista dependente, predatória e extrativista se endossa a superexploração e degradação do mundo do trabalho nas economias periféricas. Destarte, expressões neocolonialistas se expressam no campo político frente a existência de Estados e governos não soberanos e servis aos interesses econômicos internacionais.

A temporalidade contemporânea impõe desafios de grande monta a Proteção Social da latino-americana. O cenário econômico recessivo agravado pela eminência da gravosa crise de saúde mundial COVID-19, associado ao ciclo político conservador em voga consolidaram o solo fértil para a deletéria ascensão do 3º ciclo- neoliberal e neoconservador-, dos sistemas protetivos. Essa realidade produziu e produz inseguranças de diversas ordens aos crédulos em processos civilizatórios equânimes, sistemas protetivos

universais e processos revolucionários. O curso dialético da história desnudará os cursos que assumirá a proteção social, contudo, o ensejo de que os sistemas protetivos universais voltem a ser valorados e possibilitem a classe trabalhadora o usufruto de toda a riqueza que produz se torna o cenário prospectivo prenunciado, especialmente em regiões largamente desiguais como América Latina e Caribe.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 2007.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. Editora Politeia: São Paulo, 2019.

CEPAL. **Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe**. 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br>. Acesso em: 10 Jan. 2019.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina**. Cepal, 2013. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/1252-panorama-social-america-latina-2013-documento-informativo>. Acesso em: 10 Jan. 2019.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira; STEIN, Rosa Helena. Política Social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina. *In*: BOSCHETTI, Ivanete (Orgs). **Capitalismo em Crise, Política Social e Direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara. **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política**. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma História d aonda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2018

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2009.

